

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.676.050 - DF (2017/0131668-1)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : LUIZ FELIPE BULUS ALVES FERREIRA E OUTRO(S) - DF015229
RECORRIDO : DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO : GLADSON ROGÉRIO DE OLIVEIRA MIRANDA - DF021614
RECORRIDO : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ATIVIDADE DE TRÂNSITO, POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO DAS EMPRESAS E AUTARQUIAS DO DISTRITO FEDERAL - SINDETRAN
ADVOGADOS : THAIS MARIA RIEDEL DE RESENDE ZUBA - DF020001
JULIANA ALMEIDA BARROSO MORETI - DF021249

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. AUSÊNCIA DO PREQUESTIONAMENTO DE TESE. SÚMULA 282/STF. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado (fl. 387):

TRIBUTÁRIO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. COMPETÊNCIA. LEGITIMIDADE PASSIVA. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. PRESCRIÇÃO. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL COMPULSÓRIA. SERVIDORES PÚBLICOS. DETRAN. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

I - Compete à Justiça do Distrito Federal, e não à Justiça Federal, julgar a ação que objetiva o recolhimento da contribuição sindical dos servidores públicos do DETRAN/DF. Rejeitada a preliminar de incompetência.

II - O Distrito Federal e o DETRAN/DF têm legitimidade passiva para a ação. Rejeitada a preliminar.

III - Os servidores não têm pertinência subjetiva para figurarem no polo passivo. Rejeitada a preliminar de litisconsórcio passivo necessário.

IV - Estão prescritas as contribuições anteriores ao quinquênio que precedeti o ajuizamento da ação.

V - Os servidores ocupantes de cargos públicos são contribuintes da contribuição sindical compulsória, prevista na parte final do inc. IV do art. 8º e no art. 149 da CF e regulada pelos arts. 578 a 591 da CLT.

VI - Os honorários advocatícios não foram fixados conforme os critérios das alíneas do §3º do art. 20 do CPC. Reduzida a verba.

VII - Apelações e remessa de ofício parcialmente providas.

Embargos de declaração rejeitados às fls. 415-422.

O recorrente alega violação do artigo 1.022 do NCPC, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito de pontos importantes ao deslinde da controvérsia.

Quanto a às questões de fundo, sustenta ofensa ao(s):

Superior Tribunal de Justiça

i) artigo 114 do NCPC, já que os servidores públicos distritais, diretamente atingidos econômica e juridicamente pela decisão que venha a prevalecer no presente processo deveriam ter sido citados;

ii) artigo 485, VI, do NCPC, eis que não reconheceu a nítida ilegitimidade passiva do DF; e

iii) artigos 17 e 485, VI, do NCPC; 579, 583, II, *d*, 591 da CLT; ao fundamento de que o recorrido não detém legitimidade ativa para a contribuição sindical por não comprovar a unicidade sindical, já que o documento a que se referiu o acórdão recorrido é insuficiente para comprovar tal unicidade de representação da categoria;

Contrarrazões do DETRAN/DF às fls. 457-467 e do SINDETRAN/DF às fls. 476-500.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 521-524.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, afasta-se a alegada violação do artigo 1.022 do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

No que diz respeito aos artigos 17, 114 e 485, inc. VI, do CPC/2015, a corte de origem, em seu voto proferido em resposta aos embargos opostos pela recorrente, assim destacou: "Ressalte-se ainda que o julgamento da apelação ocorreu em 09/03/16, quando vigia o CPC/1973. Logo, o embargante não pode alegar que aquele julgamento tenha violado os arts. 17, 114 e 485, inc. VI, do CPC/2015." (fl. 421).

Verifica-se, assim, que não houve juízo de valor por parte da Corte de origem a respeito desses artigos, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Aplica-se ao caso a Súmula 282/STF.

Quanto à tese vinculada aos arts. 579, 583, II, *d*, 591 da CLT, de que o documento a que se referiu o acórdão recorrido seria insuficiente para comprovar tal unicidade de representação da categoria, verifica-se que não houve, igualmente, juízo de valor por parte da Corte de origem a respeito da tese, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Aplica-se ao caso, mais uma vez, a Súmula 282/STF.

Frise-se, por oportuno, que os embargos de declaração opostos na origem não aventaram a tese de que o documento a que se referiu o acórdão recorrido seria insuficiente para comprovar a unicidade de representação da categoria.

Ante o exposto, **conheço parcialmente** do recurso especial e **nessa extensão, nego-lhe provimento**.

Majoro em 10% os honorários advocatícios fixados anteriormente, observados os limites e parâmetros dos §§2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (artigo 98, §3º, CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator